



## PARA QUE SERVE O PATRIMÓNIO?

SUBSÍDIOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL NO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

PEDRO PARREIRA\*

Trabalhos de salvaguarda de espólio em contexto de obra no porto do Topo, São Jorge. Foto: Pedro Parreira.

**O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES**, sito no meio do Atlântico, reúne condições de excelência, ao nível do seu património natural, integrando-se num sistema ambiental atlântico muito particular que tem vindo a ser alvo de interessantes e produtivos estudos, ao longo dos séculos, por especialistas nessas áreas. Não me cabendo dissertar sobre essa temática, porquanto não apresento quaisquer habilitações nesse sentido, dispus-me a aceitar o desafio da Associação *Os Montanheiros*, no sentido de teorizar alguns subsídios para a eventual criação de uma estratégia conjunta de valorização e proteção desse património, na sua valência multidisciplinar, associada ao património cultural da Região.

O património cultural das nossas ilhas é por demais evidente, e destaca-se pelo seu valor identitário, transatlântico e original. O chamado “Mundo Português”, ou seja, o legado deixado pelos Descobrimentos passou pelos Açores, e cá deixou uma marca importante, ao nível material e imaterial que se veio conjugar com a importância ambiental já existente, bem como posteriormente introduzida.

Ao falarmos de património, é cada vez mais inevitável que se conjuguem as suas diversas valências, principalmente quando os decisores políticos se focam num futuro que se deseja sustentável para a própria sobrevivência dos povos. O termo sustentabilidade é um conceito já amplamente difundido quando se pensa em património natural, mas ainda demorado, no que concerne às estratégias de proteção dos seus paralelos culturais. Parece por demais evidente, com o passar das décadas, que o futuro da Região Autónoma dos Açores deverá passar pela valorização do seu património, e que tal só poderá acontecer de forma autossustentável, ignorando os exemplos predatórios e destrutivos que se multiplicam noutras regiões do mundo.

A sustentabilidade, na forma como é entendida de um ponto de vista de gestão de recursos patrimoniais, deverá passar pela criação de regulamentação e boas-práticas que facilitem e protejam os ativos em afetação antrópica, sem detrimento dos mesmos serem devidamente capitalizados, de forma a gerar investimento que permita o seu usufruto de forma autónoma. Em

\* ARQUEÓLOGO



Trabalhos de arqueologia subaquática.  
Foto: Direção Regional da Cultura.

suma, um trabalho sustentável prende-se com a criação de lucro, mas de forma cuidada, assegurando a adequada salvaguarda dos meios utilizados para tal. O principal objetivo nunca é o monetário, ainda que haja lugar para o mesmo, desde que tal beneficie quem mais precisa desse retorno económico.

É já habitual ouvirmos a expressão “economia azul” para definir estratégias de exploração dos nossos mares, ainda que a mesma careça de algumas clarificações, fazendo-nos recordar termos esbatidos, como “sinergias”, que nunca ficaram devidamente plasmados em dicionários ou aplicações concretas que não as da oratória. Não obstante, o termo “economia azul” representa um avanço significativo nas políticas de valorização do património natural e cultural, uma vez que, se assim o desejar quem de direito, a sua materialização pode passar pela criação de uma estratégia de gestão sustentável e capitalizável dos recursos existentes na ampla Zona Económica Exclusiva da nossa Região.

De que forma tal poderá ser equacionado? Tomemos como exemplo o caso do projeto *Margullar* que tem vindo a ser aplicado no arquipélago dos Açores, nos últimos anos, com um trabalho de gestão e execução assegurado pela equipa de arqueologia do Governo Regional, em parceria com a Agência para o Desenvolvimento da Cultura nos Açores.

O projeto *Margullar* corresponde a uma das iniciativas e linhas estratégicas de atuação no setor de arqueologia para o arquipélago dos Açores cuja base podemos remontar ao começo do século XXI: a valorização do património cultural subaquático da Região Autónoma dos Açores, através da arqueologia subaquática.

Se, em 2001, aquando da entrada da primeira pessoa com competências na área de arqueologia para o Governo Regional dos Açores, o conhecimento sobre esse património era, no mínimo, escasso, o que é certo é que presentemente estão já inventariados cerca de 100 sítios de naufrágio, ou de potencial arqueológico subaquático,

em todo o arquipélago. Desses, foram selecionados 30 sítios visitáveis, tendo por base critérios de segurança e salvaguarda, formando-se um *Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores*, editado em conjunto com a Associação Turismo dos Açores, em 2017, e disponível para consulta digitalmente.

Por essa altura, a então Direção Regional da Cultura principiou a sua participação no projeto *Margullar*. O projeto *Margullar* iniciou-se com o objetivo central de criação de um produto turístico sustentável para reforço da estratégia da “economia azul”, através do património cultural subaquático de cada região envolvida. Trata-se de um projeto INTERREG-MAC que conta com parceiros nos arquipélagos das Canárias, Madeira e Cabo Verde, bem como no Senegal.

Até ao final de 2021, a equipa de arqueologia do Governo Regional dos Açores desenvolveu um conjunto de trabalhos diversos, na área da arqueologia subaquática e da gestão patrimonial, no âmbito desse mesmo projeto. Sendo a listagem vasta, aproveita-se para destacar algumas das iniciativas mais marcantes:

- Realização de campanhas de prospeção arqueológica subaquática em todo o arquipélago que permitiram já acrescentar ao *Roteiro* existente 5 novos sítios com potencial elevado de visitação, bem como sinalizar várias áreas com interesse para a criação de Reservas de Proteção ou, inclusive, novos Parques Arqueológicos Subaquáticos;
- Edição e divulgação de um *Manual de Boas-Práticas do Património Cultural Subaquático* onde estão reunidas as regras e procedimentos a adotar na visitação de locais com esse interesse patrimonial, reconhecidas universalmente, e já distinguidas, em 2019, com um prémio, pela UNESCO;
- Criação de formações, ações de dinamização e esclarecimento junto das comunidades, com contactos em instituições escolares, centros de mergulho, operadores marítimo-turísticos e a Autoridade Marítima Nacional, para reforçar laços e procurar assegurar que quem trabalha com esse património reúne as condições profissionais, éticas e morais, para o defender, no seu quotidiano;
- Desenvolvimento de conteúdos audiovisuais para diversos tipos de público.

O projeto *Margullar* terminou no final de 2021, sendo que nessa altura já se tinha iniciado o projeto *Margullar 2*, presentemente em curso. Esta nova fase foca o fomento da acessibilidade aos conteúdos, com a criação de Centros de Sensibilização e Conhecimento em terra, numa parceria com entidades municipais, em várias ilhas, mas também aposta no reforço de estratégias multidisciplinares, evidenciando a troca de conheci-



Trabalhos de registo arqueológico preventivo em contexto urbano, antes do começo de empreitada.  
Foto: Luís Borges.

mentos, com particular enfoque nas áreas da biodiversidade marinha e a sua articulação com o património cultural. Nesse sentido, está prevista a realização de um Seminário de Trabalho, na ilha do Faial, na primeira semana de outubro de 2022, com a presença de especialistas, para discussão de como implementar uma estratégia comum, entre todas as áreas envolvidas.

A articulação entre os sítios de naufrágio, ou outros com interesse patrimonial, submersos, e o património natural tem vindo a ser cada vez mais discutida, como passível ativo de relevo para o desenvolvimento da atividade turística, bem como da investigação científica. O património cultural subaquático é, por natureza, um ponto de recife artificial, onde se criam novos viveiros, proliferando as espécies marinhas. Conjugar esses dois fatores assume-se, cada vez mais, como essencial, no desenvolvimento da sustentabilidade e na diversificação de produtos que possam diferenciar a oferta na Região Autónoma dos Açores.

Todavia, não só no mar e na sua “economia azul”, poderemos encontrar pontos em comum e estratégias para uma ligação entre o natural e o cultural.

Na *Pingo de Lava* de 2015, Tiago Resendes

e João Moniz apresentaram um trabalho de inventariação e registo detalhado de alguns troços de relheiras, sinalizados na ilha Terceira. Esse documento resultante de um trabalho que durava já há vários anos, veio dar resposta a uma preocupação crescente, por parte da sociedade civil, no sentido de valorizar esse património, protegê-lo e dá-lo a conhecer.

Para quem desconhecer o conceito, consagrou-se o termo relheira para definir os sulcos paralelos deixados no solo pela passagem consequente, durante muitos anos, de carros de bois, transportando pessoas e mercadoria, ao longo de troços frequentemente centenários, ou até milenares. A nomenclatura aplica-se tanto às marcas deixadas no antigo Império Romano como às que cicatrizaram as paisagens regionais, resultantes da passagem regular dos que desbravavam o interior das ilhas, para resgatar matérias-primas preciosas, ou dos que carregavam esses mesmos materiais até aos povoados e aos ancoradouros, para os depositar nos navios mercantes. A existência de uma relheira pressupõe, como tal, uma paisagem natural, onde a mesma se implanta, mas está igualmente associada a uma transformação antrópica, consequência da ocupação

humana de um espaço. É, em simultâneo, um património natural e cultural.

Nesse sentido, e partindo também de uma Resolução aprovada pela Assembleia Legislativa Regional, em 2015, promoveu-se a criação de um grupo de trabalho para inventariar o máximo de troços possíveis, em todo o arquipélago. O trabalho decorreu ao longo dos meses seguintes e contou com o apoio de especialistas da Universidade dos Açores, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Organizações não Governamentais (incluindo a própria Associação *Os Montanheiros*) e elementos da equipa de arqueologia da então Direção Regional da Cultura. Estendeu-se até 2016, quando terminaram os trabalhos de inventário preliminar, com a deteção de vários troços na ilha do Corvo, criando assim um mapa que cobriu todo o arquipélago, não obstante encontrar-se certamente incompleto. Nos anos que seguiram, em colaboração com a Direção Regional do Ambiente, foi preparada a sua incorporação em modelo *WebSIG*, para disponibilização da informação ao público, possibilitando o acrescento de novos dados, ao ritmo da investigação desenvolvida.

Paralelamente, o grupo de trabalho estendeu-se às áreas do turismo e da proteção ambiental, com vista a definir regras para a salvaguarda e valorização dos troços sinalizados, mediante critérios patrimoniais e potencial dos mesmos. Desde logo, consensualizou-se a noção de que apenas faria sentido promover o património cultural e natural das relheiras quando o mesmo estivesse devidamente inserido nos antigos caminhos utilizados pelos povos que povoaram os Açores. É que cada sulco paralelo transmite uma narrativa identitária que simboliza, de certa forma, os que percorreram aqueles percursos, vezes sem conta, num trabalho que à luz da modernidade nos parece inglório, mas que foi essencial para o desenvolvimento da sociedade como hoje a conhecemos.

A estratégia de promoção e valorização permanece em fase de implementação, inserida nos trabalhos de inventariação de património arqueológico, e nas ações de promoção de trilhos pedestres nos Açores. Todavia, mais do que o resultado final desta atividade, importa aqui ressaltar o trabalho multidisciplinar envolvido. Uma estratégia de promoção e proteção do património, seja ele cultural ou natural, passa sempre por um conjunto de ações transversais às mais diversas áreas, e que procuram reunir o máximo de consenso possível junto da comunidade. A Assembleia Regional, voz da população, aprovou uma Resolução para registar e dar a conhecer as relheiras. Procurou-se cumprir essa missão, em equipa, e contando com a presença de especialistas devidamente habilitados nas áreas enquadráveis.

O trabalho supramencionado deparou-se

com diversos desafios que são frequentes, quando se procura trabalhar em áreas patrimoniais. Entre eles, o da destruição de vários troços pela mão humana. Levantou-se uma questão que parece ser cada vez mais pertinente colocar: qual o preço do progresso?

Parece ser de relativo consenso a ideia de que é relevante que as sociedades contemporâneas se expandam e cresçam para lá das barreiras levantadas pela falta de recursos e pela antiguidade. A construção de melhores infraestruturas, com maior nível de segurança e conforto, assume-se como uma necessidade que poderemos definir como básica para a sobrevivência e desenvolvimento de qualquer comunidade, nos dias que correm. Em contrapartida, essa amplitude pode levar a um conjunto de atividades predatórias, tais como o turismo desregulado, a destruição desajustada de sítios patrimoniais, o aumento dos efeitos nocivos para o ambiente, entre outras, que infelizmente todos já vamos conhecendo.

Nesse sentido, levanta-se uma discussão estratégica importante, novamente relacionada com a questão da sustentabilidade. Procura-se um equilíbrio incerto, entre o desenvolvimento, o progresso e a subsistência dos recursos genuínos que constroem identidades individuais para cada sítio e o tornam devidamente original e apelativo. Não haverá, certamente, uma solução fácil para este complexo assunto. Ainda assim, à semelhança do já descrito para a questão da “economia azul”, procurar-se-á apresentar algum subsídio que possa contribuir para a discussão saudável.

O património, seja ele cultural ou natural, conta uma narrativa e contribuiu com qualidades que são inegáveis para construir a identidade de um sítio. Negando ou destruindo a sua existência, uniformizam-se os lugares e transforma-se o mundo numa sucessão de imóveis e rotinas em tudo semelhantes umas às outras. Padronizam-se culturas e uniformizam-se identidades. Poderão alegar que essa padronização não deve ser entendida como negativa, mas antes como um produto de uma globalização inevitável, mas tal não se parece refletir nos mercados que primam pela procura da originalidade, do exótico e da unicidade. Essas qualidades só poderão ser construídas e mantidas quando se procurar defender e valorizar o património único de cada local.

Por outro lado, é perfeitamente compreensível, e facilmente explicável, a necessidade de mudança e crescimento que leva, tantas vezes, à substituição do passado pelo caminho do futuro. Estradas desbravam caminho por entre espécies vegetais e animais únicas. Antigos solares centenários são readaptados, dando lugar a modernos complexos de alojamentos com um nível de conforto substancialmente maior, para quem ali vive.



As baías reorganizam-se em torno de contemporâneas infraestruturas marítimas que permitem receber embarcações com melhores condições para a subsistências de quem vive num perpétuo isolamento atlântico.

### ONDE SE ENCONTRA O MEIO TERMO?

A estratégia que parece trazer algum vislumbre de uma solução passará sempre pela prevenção e não pela reação. Quero com isso dizer que quem assegura a gestão das áreas patrimoniais poderá reunir condições para prevenir a destruição da identidade única dos sítios que gere, com um trabalho preventivo, que passa pela criação de ferramentas que asseguram o registo, a integração e a requalificação ordenada e adequada dos espaços e do património.

Um exemplo de ferramenta capaz de executar essas funções passa pela criação das designadas *Cartas de Risco do Património Arqueológico*, primeiramente plasmadas em diploma legal com a aprovação do Decreto Legislativo Regional nº 6/2018/A, de 16 de maio, que alterou o regime jurídico da atividade arqueológica na Região.

As *Cartas de Risco* são instrumentos de gestão do património cultural, construídos em duas fases, com uma primeira de estudo e compilação de uma detalhada memória histórica, sobre cada local, e uma segunda que foca a criação de um mapa de condicionantes prévias ao

começo de qualquer empreitada, em determinado sítio. O Governo Regional dos Açores, desde 2018, vem promovendo a preparação das mesmas, com ações de trabalho junto de cada município, focando, nesta etapa, os principais centros urbanos do arquipélago. O objetivo é definir e consensualizar critérios para o progresso, no sentido de valorizar o património existente, sem detrimento de permitir o desenvolvimento necessário para o futuro de cada comunidade.

São ferramentas que visam a conservação do património cultural, atestando a longa diacronia ocupacional dos espaços urbanos e permitindo à população usufruir dessa herança transgeracional comum. Propõem aumentar o conhecimento científico existente, vocacionando o trabalho dos investigadores, académicos e patrimonialistas. Criam-se instrumentos que passam a colocar o património cultural descoberto e preservado ao nível de uma mais-valia diferenciadora e potenciadora do crescimento económico, trazendo, inclusive, novas possibilidades ao nível do turismo cultural, destinadas a fidelizar visitantes.

A sua aprovação e operacionalização só poderá ser efetuada mediante a realização de ações de sensibilização junto das comunidades que irão ser alvo das mesmas. Essa educação patrimonial é, além do mais, outro passo essencial para o desenvolvimento sustentável dos sítios, porquanto só depois de todos sentirem o peso e o valor da

Trabalhos de inventariação de relheiras na ilha Terceira - Associação Os Montanheiros.  
Foto: Tiago Resendes.

sua história comum poderá a sociedade defender a sua preservação e potencialização. A conjugação de disciplinas patrimonialistas, em todas as suas valências, é também essencial em todo este processo.

Os exemplos aqui apresentados correspondem apenas a subsídios diversos para a criação de uma estratégia comum que poderá ser repensada e operacionalizada pelas autoridades competentes, na medida das decisões tomadas por quem de direito. Ainda assim, correspondem a trabalhos com sucesso já demonstrado, tanto no caso do projeto *Margullar*, como no inventário das relheiras dos Açores ou, inclusive, nas *Cartas de Risco do Património Arqueológico*, já acolhidas em alguns municípios dos Açores. Deixe-se ainda uma palavra para a necessidade de capacitar as autoridades, tanto ao nível local, como regional e nacional, com especialistas devidamente formados, e com um nível de autonomia necessário para a execução destas, ou de outras estratégias.

Quando nos questionamos acerca da função do património, em todas as suas valências, a resposta que parece ser mais clara e objetiva é também a mais simples de todas: o património, em todas as suas valências, é de todos e para todos. Sem o nosso património, nada seríamos. Cumpre-nos trabalhar em prol da sua defesa e valorização.

## BIBLIOGRAFIA:

- BALDI, Pio (2018) – *Umbria: Patrimonio culturale a rischio. Esperienze e proposte per una politica de prevenzione*. Umbria, Laboratorio di Diagnostica per I beni Culturali.
- GARCIA, Ana Catarina e BARREIROS, João Pedro (2018) – “Are underwater archaeological parks good for fishes? Symbiotic relation between cultural heritage preservation and marine conservation in the Azores.” In *Regional Studies in Marine Science*, vol. 21. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2352485517301305>
- MONTEIRO, Alexandre (2000) – “A Carta Arqueológica Subaquática dos Açores: Metodologia, resultados e a sua aplicação na Gestão do Património Subaquático da Região Autónoma dos Açores.” In *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia Peninsular*. ADECAP, Porto. pp. 497-519.
- MUÑOZ, Pilar Mena (1997) – “L’arqueologia en la rehabilitacion de la ciudades historicas: el caso de Madrid Capital.” In *Recuperar la memòria urbana. L’arqueologia en la rehabilitación de las ciutats històriques*. Tarragona, Universitat Rovira I Virgili.
- NETO, José Luís e PARREIRA, Pedro (coord. téc.) (2016) – *Relatório final de inventariação das relheiras dos Açores*. Trabalho efetuado ao abrigo de projeto conjunto do Governo Regional dos Açores. Angra do Heroísmo, Terceira.
- NETO, José Luís e PARREIRA, Pedro (2018) – *Manual de Boas-Práticas do Património Cultural Arqueológico Subaquático dos Açores*. Direção Regional da Cultura, Angra do Heroísmo, Terceira.
- NETO, José Luís (2018) – *Arqueologia nos Açores – Uma breve história*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- PENDERY, Steven (2012) – “Urban archaeology.” In *The Oxford companion to archaeology*. Oxford, Oxford University Press.
- ROSSA, Walter (2002) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra, Livrarias Almedina.
- SILVA, Maria Antónia Lucas da (2012) – *Planeamento urbanístico e gestão do património arqueológico: a zona intra muros do centro histórico de Coimbra*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.